

ESCOLA EM DISPUTA: A CONTRIBUIÇÃO E LIMITES DE MARX SOBRE A EDUCAÇÃO

SCHOOL IN DISPUTE: THE CONTRIBUTION AND LIMITS OF MARX ON THE EDUCATION

RODRIGUES, Daniel Alvares¹

RESUMO

O trabalho discute a contribuição e limites de Marx sobre educação, questionando a idéia da escola com espaço de disputa entre iguais, tirando a ênfase das condições em que a escola está construída, a saber, para a reprodução da sociedade vigente.

Palavras-Chave: Escola e classes sociais; Projeto escolar marxista.

ABSTRACT

The work argues the contribution and limits of Marx on education, with this analysis questions the idea of the school with space of dispute between equal, taking off the emphasis of the conditions where the school is constructed, for the reproduction of the effective society.

Key-Words: School and classes; Marxist pertaining to school project.

¹ Professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: danielrodrigues7@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a contribuição e limites de Marx sobre educação. Com essa análise questiona-se a idéia da escola como espaço de disputa entre iguais, tirando a ênfase das condições em que a escola está construída, a saber, para a reprodução da sociedade vigente. Este estudo está afinado com a perspectiva do materialismo dialético que discutem a contribuição de Marx e Engels sobre a educação escolar e, de passagem, sobre a ação institucional, no caso, a escolarização como responsabilidade do Estado. O Trabalho basear-se nos trabalhos de Manacorda (1991) e do trabalho organizado por Lombardi (2005), Saviani (2005), com a contribuição de Araújo (2005), Lucena (2005), Sanfelice (2005), além de escritos dos próprios Marx (1989) e Engels (s/d).

Todo o processo de formação da força de trabalho está vinculado ao modo de produção vigente e em decorrência dos instrumentos formais e informais utilizados para tal. No capitalismo, esses processos não poderiam ser diferentes, do mesmo modo que os elementos de formação, enquanto mercadoria, impõe-se aos trabalhadores. As especificidades do momento se expressam enquanto competências a serem adquiridas. Esse vínculo ocorre conforme a fase em que o capital se desenvolve, especificamente, conforme as contradições que o balizam.

A partir dessa ótica, fomos dialogar com estudiosos marxistas, especialmente no que tange à contribuição de Marx e Engels sobre a questão da educação, mais precisamente sobre o papel da escola, instituição regulada e promovida pelo Estado capitalista. Uma primeira questão é a condição para nossa entrada no tema: qual a relevância da contribuição dos pais do materialismo dialético sobre este tema? Primeiramente devemos observar que Marx não tratava a educação como objeto primeiro de suas investigações, nem escreveu de forma sistêmica sobre tal tema. Araújo esclarece: “Com relação especificamente à posição marxiana sobre o campo da educação, não há uma obra sua dedicada ao assunto, nem mesmo uma sistematização constituída” (ARAÚJO, 2005, p.49).

Sabedor de uma auto-exigência fortíssima que Marx possuía na elaboração teórica, realizando um desgastante movimento de pesquisa e de elaboração, não se pode dar aos escritos de Marx sobre educação a mesma estatura dada aos temas econômicos e políticos por ele publicados. Mesmo assim, seus escritos não fogem de seu rigoroso método e seu posicionamento militante enquanto um lutador pelas transformações radicais na sociedade. O sentido do seu posicionamento apontava, em todos os seus escritos, o decifrar em sua maior radicalidade a realidade como também a luta pelo fim do capitalismo em direção ao comunismo. Os seus comentários e escritos sobre a educação estão eivados da mesma lógica teórica de sua obra, entretanto, com uma marca profunda também das particularidades conjunturais e das especificidades, por não ter sido objeto central de seus estudos.

Devemos ter claro que as posições básicas de Marx são de extrema valia para a elaboração dos educadores marxistas, mesmo dentro dos limites citados anteriormente, pois apontam a discussão sobre educação e escola a partir da lógica revolucionária do materialismo dialético. Manacorda aponta os escritos de Marx na mesma direção de sua obra:

(...) a necessidade de eliminar a propriedade privada, a divisão do trabalho, a exploração e a unilateralidade do homem, para atingir um pleno desenvolvimento das forças produtivas e a recuperação da onilateralidade (MANACORDA, 1991, p. 22).

O critério que Marx decifra na formação da força de trabalho é a partir da concretização das necessidades do capital, em contradição com os interesses dos proletários. É uma determinação dominante, que, mais tarde, Gramsci vai elaborar como sendo um processo de construção hegemônica. O sentido da formação da força de trabalho no capitalismo é o aumento da produtividade, com a finalidade de aumentar cada vez mais a parte do trabalho não pago apropriado por outrem. Para atingir esse objetivo, o capital utiliza-se das formas absoluta e relativa de extração da mais-valia. A maquinaria, por exemplo, vai ser fundamental para esse movimento, de maneira a combinar as duas formas. Nela, está o aumento da jornada, bem como a sua intensificação. Para atingir essa sujeição e formar a classe trabalhadora, resgatamos em Marx a própria ação de reprodução do capital. Preparar a força de trabalho não tem como finalidade simplesmente a adequação a uma atividade concreta, mas, fundamentalmente, a produção do valor de troca. Não é só para uma atividade específica, nem esta é a sua centralidade. O objetivo é ser produtora de valor. As condicionantes da existência do capitalismo, a perda dos meios de produção, o assalariamento, a transformação em mercadoria, todas essas formas são fundamentais para serem reproduzidas. Esse legado marxiano e de Engels, no nosso entendimento, é uma das marcas principais de sua contribuição, que vai ter um rebatimento na questão da educação, mesmo que não seja explicitado dessa forma.

Marx vai abordar que a formação no capitalismo não está só para responder uma utilidade no mundo produtivo, mas que dela seja feita mercadoria. Assim, na relação entre valor de uso e o valor para a troca, o capital sobrepõe o segundo ao primeiro, realizando o modo mercantil de efetivar suas relações sociais. Com isso, inverte a percepção da realidade, defendendo que toda a preparação dos trabalhadores visa, simplesmente, a uma preparação de algo útil, para realizar algo útil, produzir algo útil. Ignora o lado da troca, que é produzir para ir ao mercado e realizar o trabalho não pago. Isto, para o trabalhador produzir uma mercadoria, como também produzir a sua mercadoria especial: a força de trabalho. Destacar a parte que trata da transformação do ser humano em máquina, coisa e monstro, somente a partir de uma conjuntura é não entender a totalidade do pensamento marxiano, nem a profundidade da ação do capital na força de trabalho mercantilizada. O processo de mercantilização da capacidade de trabalho conduz ao fetiche provocado pela coisificação das relações. O caráter educativo desse processo de reprodução do capital está incluído neste processo de fetichização. Marx denunciava esse processo que redundava num enriquecimento dos capitalistas à custa do empobrecimento da classe trabalhadora.

O capital continua produzindo o aumento da miséria. O que de fato Marx apresenta, na simbiose da capacitação e exploração do trabalhador, é uma formação que requer uma maior divisão do trabalho e, com ela, uma fragmentação do trabalhador, a qual, para nós, permanece atual. Hoje, a expressão do fetiche, da fragmentação do trabalhador, não foi superada, como é defendida essa idéia no modelo de competências. Como pode formar o ser humano integralmente, se seu intuito é direcionado para a força de trabalho enquanto mercadoria? Uma mercadoria produtiva enriquecedora do capital? Pelo contrário, esse formato de formação está

para desenvolver a parte humana enquanto coisa, para efetivar essa reprodução do capital e da fragmentação do trabalhador.

Marx vai apontar que o capital necessita de elementos de coerção e de construção de consensos, que passam pelo controle. A formação da força de trabalho reproduz com mais ou menos violência, mas com uma forma indubitável de dominação por parte do capital. A fragmentação do trabalhador é uma tendência da própria divisão crescente do trabalho, da própria coisificação, que se apresentavam, na época de Marx, com todas as caracterizações mórbidas e evidentes, saltando aos olhos a miserabilidade da classe trabalhadora. Hoje se apresentam com outros “ornamentos decorativos”, aprofundando o fosso existente entre as classes sociais, inclusive entre os próprios trabalhadores. Setores dominantes fazem crer na diminuição da miséria e referem-se à aristocracia trabalhadora como a única forma de expressão da mesma, e elegem para si a existência de uma classe trabalhadora diferenciada, autônoma, criativa, com qualidades extensivas dos desejos do capital e do central desses aspectos tidos como benéficos aos trabalhadores, que é a subsunção do trabalho ao capital. Atualmente são escondidos os processos de divisão do trabalho, em suas variadas expressões - étnica, sexual, regional, entre outras -, com o aumento da divisão do trabalho, do desemprego crescente, de tecnologias “limpas”, da maior parte da classe trabalhadora vivendo em na miséria.

Um dos dados colocados por esses arautos é o tempo livre adquirido pelo desenvolvimento da tecnologia. Olvidam que o tempo livre está ainda mais subordinado aos desejos do capital, ou melhor, à transformação do trabalho improdutivo em produtivo, ou, ainda, na subordinação do primeiro ao último. A disputa pelo tempo de trabalho e o tempo livre do trabalhador não é recente. E essa disputa não é do tempo, da jornada de trabalho, mas se trava para condicionar o tempo livre em sua lógica, tanto na construção do exército de reserva, quanto nos momentos de recreação e lazer dos trabalhadores. Estes últimos estão cada vez mais cercados para serem transformados em mercadorias. Mesmo quando o trabalhador “sai” do trabalho para descansar, o tempo livre apresenta-se sob forma de valor de troca, sob a forma de mercadoria, até mesmo no lazer.

Mesmo com a crítica contundente, vários autores reforçam a idéia de que Marx utiliza-se das conquistas ocorridas no capitalismo da época, pelo menos enquanto perspectivas políticas do Estado burguês da época, sem ter alguma ilusão nos mesmos:

Considerando o Estado um aparato a serviço da classe dominante, mais particularmente a serviço da burguesia, os exemplos já disponíveis para Marx possibilitavam vislumbrar que a educação se convertia em instrumento de dominação ideológica, um meio para que a burguesia se consolidasse como classe hegemônica e, nessa condição, exercesse o poder (LOMBARDI, 2005, p.15).

Essa posição é uma apropriação crítica dos elementos considerados avançados na sociedade. Esses pontos contribuem no caminho a ser percorrido para se alcançar a transformação da sociedade e da formação do homem omnilateral. Marx apresenta como pano de fundo a unidade entre a instrução e o trabalho industrial, aproveitando-se fundamentalmente da experiência de um socialista utópico, Owen, de formar um trabalhador de forma completa.

Do sistema fabril, conforme expôs pormenorizadamente Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos (MARX, 1989, p.554).

Essa posição específica traduz o sentido de todo movimento de sua obra: a crítica à sociedade capitalista e sua transformação para a construção de uma nova sociedade e, conseqüentemente, um novo ser humano. Este é o sentido que Marx defende, em sentido amplo: uma “proposta de uma educação omnilateral, em oposição à unilateralidade da educação burguesa” (LOMBARDI, 2005, p.20).

Mesmo tendo a clareza da ação do Estado e de sua utilização para a reprodução do capital, Marx não negou as possibilidades de avanço que a sociedade capitalista apontava em relação ao passado.

Como bem explica Manacorda (1989, p.296), Marx e Engels não rejeitaram, mas assumiram, as conquistas teóricas e práticas da burguesia no campo da educação, tais como: universalidade, laicidade, estatalidade, gratuidade, renovação cultural e primazia do trabalho. (...) Em linhas gerais, a concepção marxista de educação foi gradativamente se configurando e assumindo os seguintes princípios: eliminação do trabalho das crianças na fábrica, associação entre educação e produção material, educação politécnica que leva à formação do homem omnilateral, abrangendo três aspectos: mental, físico e técnico, adequados à idade das crianças, jovens e adultos, inseparabilidade da educação e da política; e articulação entre o tempo livre e o tempo de trabalho, isto é o trabalho, o estudo e o lazer (LOMBARDI, 2005, p.11-12).

Eis em síntese a proposição de Marx e Engeles: a lógica de combater a perspectiva fragmentadora da burguesia, apropriando-se das conquistas de cunho iluminista que surgiam com o avanço da burguesia na construção da sociedade, conjuntamente com as reivindicações dos trabalhadores. É nesse leito de regulamentação que vai se firmar a organização escolar.

A ESCOLA

A escola, que é reconstruída no capitalismo, ganha uma força importantíssima na sociedade. Juntamente com o processo produtivo da época, a escola transforma-se, sob a responsabilidade do Estado, num mecanismo ‘industrial’ de larga escala². Formando em série, igualmente à grande indústria, deixa os trabalhadores preocupados em forjar, principalmente, sua capacidade de trabalho e, mais que isso, buscar na força da ciência suas próprias forças. Esse processo vai ganhando importância na medida em que a escola torna-se um pré-requisito para que o trabalhador galgue os chamados melhores cargos (com remuneração e status maior). Como produtores de valores, preocupados quanto à sua inserção no mercado de trabalho, vão ser ajudados a querer entrar na escola ‘popular’ movidos também pela ilusão da mobilidade social. Ou seja, inserir-se de forma avantajada no processo de distribuição de riqueza, o que, de forma particular, não deixa de ser uma realidade, principalmente através da elitista meritocracia, forma classista escolar de divisão social.

² “Como se constata, portanto, a necessidade de uma educação flexível foi uma decorrência do desenvolvimento da indústria que determinou a transformação de todo o aparato escolar, até então dominado pela educação familiar, gremial e religiosa” (LOMBARDI, 2005, p.14-15).

A escola é hoje o principal mecanismo de legitimação meritocrática de nossa sociedade, pois supõe-se que através dela tem lugar uma seleção objetiva dos mais capazes para o desempenho das funções mais relevantes, às quais se associam também recompensas mais elevadas (ENGUITA, 1989, p. 192).

É bom frisar que esse movimento de condição para o mercado foi um processo devedor não só dos interesses regulativos da classe dominante, mas também dos próprios trabalhadores na apropriação do conhecimento, especialmente aquele útil para o seu desenvolvimento dentro da estrutura da divisão do trabalho no capitalismo. O processo educativo compõe a luta entre as classes, bem como a disputa interna entre o proletariado como elemento da concorrência entre os trabalhadores.

Para entender melhor o interesse da burguesia em educar os trabalhadores, podemos traçar um paralelo dos processos contraditórios que se apresentam no capitalismo a cargo do Estado. Como característica central da ação escolar, está o seu papel de subsumir ao capital enquanto assalariados, espalhando também para outras esferas sociais, além do trabalho dessa ação dominante, ou seja, formar não só os trabalhadores produtivos, como também aqueles que, mesmo estando sob a lógica do trabalho improdutivo, respondam da mesma forma, positivamente, ao capital. Além disto, formar o conjunto dos trabalhadores, incluindo o exército de reserva.

O papel de Estado, regulador³ e depois fomentador dos processos de formação das populações, especialmente através da escola, hoje aparece com maior relevância do que à época de Marx, fundamentalmente, nessa preparação prática e ideológica das massas para adaptarem-se ao modelo capitalista de produção. Este movimento dominante carrega consigo as próprias contradições das divisões existentes na sociedade.

Dois movimentos são importantes na formação da escola: a necessária formação da classe trabalhadora sob o controle do Estado e a transformação das escolas em indústria, produtoras de mais-valia. Com elas vem junto neste processo a 'popularização' das contradições na escola. Não é à-toa que as escolas, os movimentos de professores, de estudantes vão ganhar relevância em vários momentos das lutas entre classes, ainda hoje. Esta situação prática, de grandes escolas e de escolas particulares em monta, Marx não conhecia, pois era irrelevante, quantitativamente, conforme o mesmo relata no Capítulo Inédito. Sua citação conhecida no Inédito é a de que não era importante abordar o trabalho produtivo do professor devido a sua pouca ocorrência. Mesmo assim, ele descreve a exploração existente no trabalho do professor, também enquanto processo produtivo.

É a máxima função do Estado: garantir a reprodução do capital. Para tal, realiza as mais variadas formas de defesa da apropriação privada dos meios de produção e da manutenção da exploração aos assalariados. No movimento de concorrência entre os capitalistas, o Estado tem um papel decisivo na regulação dos conflitos, evitando

³ Quando nos referimos de papel regulador não está localizando-o enquanto neutro em relação à dominação burguesa, pelo contrário, o processo de regulação tem como objetivo central regular segundo interesses sistêmicos do capitalismo.

a própria autofagia na concorrência entre os capitalistas, bem como na manutenção da relação antagônica. A finalidade clara é a manutenção da exploração aos trabalhadores, a manutenção das relações sociais capitalistas. O Estado (com maior ou menor evidência) vai regulando as possibilidades da concentração do capital para que elas ocorram sem maiores perturbações no processo de acumulação e crescimento da riqueza.

Uma das generalizações que se impõe na sociedade capitalista moderna, através do Estado, é o aumento da escolarização entre os trabalhadores, exigida pelos próprios capitalistas, requerendo então as condições equalizadas para efetuar a concorrência. Uma igualdade para concorrer. Realizando um paralelo, podemos ver como Marx abordava, em sua época, um princípio contraditório, *a priori*, que era a exigência por parte dos capitalistas da generalização da lei fabril. O objetivo é que algumas regras pudessem apontar um patamar mínimo no processo de concorrência entre os capitalistas. Mesmo objetivando a destruição do concorrente, solicita um freio, ou uma base para que se efetue o jogo da distribuição dos lucros. Apesar de objetivar a destruição dos outros, ou a sua incorporação, este processo é mediado, fundamentalmente, para salvaguardar a continuidade do sistema capitalista. Vejamos o que Marx aborda sobre a lei fabril:

Duas circunstâncias têm sido decisivas para a generalização da lei fabril: primeiro, a experiência sempre repetida de que o capital quando fica sujeito ao controle do estado em alguns pontos da esfera social, procura compensar-se nos demais de maneira mais desmesurada; segundo, o clamor dos próprios capitalistas pela igualdade das condições de concorrência, isto é, o estabelecimento de barreiras iguais para todos que exploram o trabalho (MARX, 1989, p.561-562).

Assim como as leis fabris serviam de base para a concorrência, a escola, como uma instituição do Estado, também cumpre esse papel para o capital. O que vemos é que, se por um lado existe um grande clamor para equalização da concorrência, por outro lado, busca-se o aprofundamento da livre concorrência em outros segmentos. Vemos isso na educação. Hoje, existe um processo regulatório clamado pelos modernos capitalistas de exigências de maior escolarização, por um lado. Um patamar mínimo exigido acentuou-se para uma padronização da força de trabalho. Uma formação da força de trabalho em série, similar ao exigido para se produzir mercadorias na grande indústria. Se antes a produção da força de trabalho era também no formato artesanal, hoje, com o desenvolvimento da grande indústria, também temos a “grande escola”, que reproduz a formação em larga escala da força de trabalho. Como uma mercadoria, ela também foi aprimorada e transformada, num produto a ser vendido. Formar a força de trabalho tem uma condição básica: prepará-la para responder ao mercado. Esse é o condicionante básico da escola. Mais do que isso, a escolarização sai do patamar de ser um trabalho improdutivo, e transforma-se numa forma de extração de mais-valia, ou seja, de trabalho produtivo. O crescimento é enorme na participação da escola na sociedade como um todo, não mais só como papel de formação do Estado, mas como alvo de empresários, transformado em ramo de trabalho produtivo. Por outro lado, ocorre a diminuição das verbas para a educação, um sem número de analfabetos, a tentativa de arrochar os salários dos profissionais da educação, um descaso e descumprimento das normas estabelecidas pelo próprio estado capitalista, além do próprio “afrouxamento” no conteúdo do ensino escolar. Objetivamos utilizar este comparativo para demonstrar que os interesses de classe vão além do estabelecido legalmente pelo Estado. Mesmo a legislação pertinente à concorrência pode ser

intensamente cumprida e até descumprida, dependendo da força dos sujeitos em disputa. Quando se torna empecilho, os capitalistas buscarão saídas para efetivar o seu descumprimento como forma de garantir a exploração ou superexploração do trabalho.

UM ESPAÇO DE DISPUTA

É dentro desses limites que ocorre a luta de classes na instituição escolar do Estado capitalista. Uma posição de Marx, relatada nos anais do Conselho Geral da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), em 1869, inscrita no trabalho de Lombardi (2005), é bastante esclarecedora do tom a ser dado em relação à disputa classista na escola:

Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino, por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições atuais. Consequentemente, é necessário partir da situação atual. (LOMBARDI, p. 16-17)

Trabalho & Educação – vol.17, nº 3 – set / dez – 2008

Evidente que é um fragmento sucinto, sem as precisões necessárias para inferirmos com uma maior precisão o pensamento sobre a atuação do sistema de ensino. Esse relato aponta tanto a potencialidade como os limites na abordagem que Marx realizava e defendia na AIT da ação sobre a escola. Esse texto se apresenta como uma Ata do Congresso, em plena disputa interna, carregada, portanto, de uma série de implicações no jogo político da própria Internacional⁴. O que gostaríamos de assumir neste momento é que a escola para Marx era um espaço a ser disputado, mesmo com a clareza do papel de manutenção da lógica do Estado capitalista. O ponto de partida era a situação vigente, e essa posição pode ser interpretada como uma atitude simplesmente reformista. Não concebemos desta forma, pois entendemos ser uma expressão vinculada à obra e disposição revolucionária de Marx e Engels. Se a acumulação tática, ainda que por ele não era formulada dessa maneira, era importante, a mesma apontava para uma outra sociedade que rompesse com a sociedade capitalista através da prática revolucionária, ativando as lutas concretas a partir do seu momento histórico, e não como um devir ahistórico e idealista. Isso, sem nunca deixar de colocar a necessária ruptura social, da destruição do Estado capitalista.

Frigotto (1996), em seu trabalho "Educação e o capitalismo real", fazendo um contraponto com o 'socialismo real', em plena derrocada no início dos anos de 1990, deixa claro que a escola é um espaço de disputa.

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica (FRIGOTTO, 1996, p. 25).

É nesse espaço que ocorre a luta, que os marxistas vão apontar para as contradições do capital, inclusive no âmbito escolar. É bom ressaltar que no centro está a luta. No caso, o lugar onde se trava a luta é a escola, um terreno hegemonizado pelo capital, embora carregue outras contradições importantes. Uma, a sua herança - que a cada dia diminui, conforme a hegemonia do capital -, anterior

⁴ Neste mesmo texto citado por Lombardi aparece uma crítica aos *proudhonianos*, por estes acharem absurdo o ensino gratuito. Mas, mais adiante também, na mesma ata, é exposto que Marx defendia que o ensino universitário não deveria ser gratuito.

à organização industrial da escola. A outra, as contradições com os interesses proletários, no caso, pela escola. A contradição fundamental, entretanto, é que a própria escola carrega as divisões classistas existentes, reforçando a divisão do trabalho:

(...) a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requiera uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos, e aquele das profissões intelectuais para as quais se requiera domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (SAVIANI, 2005, p.232).

O processo de luta, paradoxalmente, é o rompimento da sociedade e de seus instrumentos para construir uma nova sociedade e uma nova escola. Como esse movimento não é um passe de mágica, e sim, um processo de superação que inclui a manutenção de elementos oriundos das experiências anteriores, a perspectiva de ruptura comunista, está eivado de mediações. As reformas são tipos de mediação fundamentais para a ruptura. A questão é: qual o sentido da reforma? A manutenção da ordem ou a construção de uma nova sociedade efetivamente livre, socialista?

São inúmeras vezes repetidas, na atualidade, pelos porta-vozes do capital que a formação dos trabalhadores é um aporte em sua qualificação, em sua competência. Esquecem de apontar que esse movimento - o inverso, ou seja, a manutenção e reprodução da sociedade capitalista - é o objetivo número um da escola no capitalismo. Lucena (2005) aponta as contradições engendradas na escolarização da sociedade:

Contraditório por proporcionar que a elevação escolar de um trabalhador corresponda ao desemprego de outro trabalhador, uma vez que as empresas não mais necessitam contratar no mercado, profissionais, pois os possuem em um processo multifuncional, elevando a mais-valia absoluta como a relativa. Contraditórios por defender o aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores por meio da inserção na ciência e atuar no movimento oposto proposto do neotaylorismo, uma dimensão ampliada e alienante que concentra a produção científica e tecnológica em patamares decisivos como pouco se viu na história do capitalismo (LUCENA, 2005, p.197).

Assim, temos as contradições para o movimento socialista intervir sobre a realidade. Além dessas contradições, quais os termos que servem então para a disputa na lógica da classe trabalhadora? O conhecimento e as conquistas para a construção de uma nova sociedade e uma nova escola; a defesa da escola pública e de todos elementos levantados anteriormente por Lombardi, baseado em Marx, sem perder de vista a construção de uma nova sociedade.

Devemos, pois, nos empenhar ampliar diuturnamente o processo de conquista da escola pública pelos trabalhadores, considerada com um espaço vital para a apropriação, por parte desses mesmos trabalhadores, dos conhecimentos sistematizados, isto é, da ciência como força produtiva, sem perder de vista, em momento algum, o horizonte de construção de uma sociedade sem classes, pois só então as conquistas perfilhadas serão definitivamente asseguradas (SAVIANI, 2005, p.271).

É um processo de construção da ruptura e, para tal, a classe trabalhadora deve estar constantemente em preparação teórica e prática, nas lutas concretas que aparecem em todos os recantos sociais, inclusive na escola.

A teoria de revolução social esboçada por Marx considera que as conquistas materiais são um momento do processo de tomada de consciência dos interesses de classe por parte da própria classe e, nessa luta, o proletariado vai se constituindo em "classe para si", forma-se como classe efetivamente revolucionária (MAZZOTTI, 2001, p. 9-10).

Esse é o processo que entendemos que cabe na disputa contra a hegemonia capitalista. Uma das tarefas fundamentais é desvelar as contradições que estão colocadas no projeto burguês de escolarização, tanto as mais antigas como as atuais, que estão se inspirando no modelo das competências.

Ao mesmo tempo em que nos é recomendada, pelos diversos meios de comunicação burgueses, a aplicação tanto da universalização das regras para a concorrência, em especial da escolarização básica massiva, a própria burguesia não segue totalmente esse discurso em suas práticas. Ela se move conforme as necessidades reais da burguesia versus os anseios dos trabalhadores - na luta de classes, dependendo dos ramos produtivos, da localização regional, do sexo, enfim, das divisões do trabalho. A perda de direitos é um exemplo de que a educação gratuita como direito vai sendo solapada, mesmo que a necessidade de sua universalização esteja estampada para a realização da concorrência. Podemos ver tudo isso no caráter privatizante que vem ocorrendo no processo de escolarização.

Aponta-se a universalização da escolarização - a básica, como vimos - como um fator para a construção da mais-valia. Torna-se um elemento importante de acumulação do capital, formatando sincronicamente a força de trabalho. Essa análise deve estar relacionada com as mudanças no próprio capitalismo: o fim do Estado de Bem-Estar Social, fundamentalmente, nos países centrais do capital. Em seu lugar, avançam as políticas neoliberais, em que o financiamento público virou um entrave à acumulação de capital, ou que, para superar a crise do capital, o fundo público foi direcionado em benefício de um processo de concentração de capitais. O processo educacional também não foge à regra.

Diferentemente da época de Marx, temos a escola "industrial" ligada diretamente ao Estado, realizando um processo improdutivo, sendo transformada em uma empresa produtiva. Hoje, chamamos esse processo de privatização. Como consequência, ocorre uma transformação do seu caráter, visto que a irrelevância de escola-empresa do século XIX passa a ter relevância no processo produtivo atual, dando um salto qualitativo. É nessa nova qualidade que está a base das novas pedagogias, num processo fortemente condicionado com o fazer produtivo atual, portanto, com a referência de formação mais diretamente ligada aos pressupostos de formação da força de trabalho para o mercado.

Evidente que nosso objeto não é a formação escolar, mas é importante caracterizar que as novas pedagogias se relacionam, como já foi visto por muitos teóricos, com as exigências dominantes. Não é por acaso que as pedagogias modernas do "saber-fazer" (DUARTE, 2003), ou do saber ser, ganham força na atualidade.

ESCOLA E O MODELO DAS COMPETÊNCIAS

Um dos textos considerados mais importantes no que tange à proposição atual de educação no mundo é o Relatório DELORS (2005), feito pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. É um documento que sintetiza o pensamento dominante atual, patrocinado pela UNESCO (Organizações das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), uma das entidades mundiais do “conglomerado” da ONU (Organização das Nações Unidas), que contribuem “humanamente” para administração do *status quo* mundial. Nele está inscrita a necessidade de uma maior importância da escola, como também da necessidade de uma forte vinculação com outras instituições e processos de formação da força de trabalho, sob a lógica moderna de formação, o modelo das competências, fetiche do capital para o conjunto da sociedade. Assim, o documento destaca a importância da escola na formação da “nova” força de trabalho:

A Comissão pensa, pelo contrário, que é no seio dos sistemas educativos que se forjam as competências e aptidões que farão com que cada um possa continuar a aprender. Longe de se oporem, educação formal e informal devem fecundar-se mutuamente. Por isso, é necessário que os sistemas educativos se adaptem a estas novas exigências: trata-se, antes de mais nada, de repensar e ligar entre si as diferentes seqüências educativas, de as ordenar de maneira diferente, de organizar as transições e de diversificar os percursos educativos. Assim se escapará ao dilema que marcou profundamente as políticas de educação: selecionar multiplicando o insucesso escolar e o risco de exclusão, ou nivelar por baixo, uniformizando os cursos, em detrimento da promoção dos talentos individuais (DELORS, 2006, p.121).

É um novo processo de adaptação, que inclui o exército em sua parte ativa ou inativa (no exército industrial de reserva), reforçando a divisão do trabalho, apontando, mesmo que “suavemente”, a subalternidade para o mercado. Indica não só a preparação dessa força de trabalho condicionada, mas o movimento da ação das empresas na formação da “sua” força de trabalho, mesmo que responsabilizando o Estado para continuar financiando também a escola básica.

É legítimo contar com a contribuição das empresas quando se trata de aumentar as qualificações da mão-de-obra e de fazer com que os indivíduos participem no que constitui para eles, ao mesmo tempo, quer um investimento pessoal que lhes dá possibilidade de chegar a um nível de remuneração mais elevado e oferece um meio de realização pessoal. (DELORS, 2006, p.185).

É um processo internacional do capital de legitimação de um movimento franco de privatização escolar⁵, em seus vários níveis, bem como os centros profissionalizantes, no formato de facilitação de abertura de empresas do ramo educacional de forma globalizada⁶. Além desse processo, como todas as outras mercadorias, todo o trabalho produtivo também concorre para o barateamento dos custos de sua produção. Para o capital não é diferente. As questões da produção da mercadoria especial, a força de trabalho, expressam-se como um movimento contraditório de ampliação da escolarização, mas, cada vez, a custos menores.

⁵ Segundo o EDUDATABRASIL/Inep/MEC, em 2004 existiam 1313 estabelecimentos de ensino superior no Brasil. Destes, 1401 considerados privados; 388 confessionais ou comunitários ou ainda filantrópicos; 87 federais; 75 estaduais; 62 municipais. Fonte: (<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>). Já em ingressos via vestibular, apresentou o seguinte resultado, com base no ano de 2003, do total de 1.163.892 ingressantes: 553.249 em instituições privadas; 361.591 em confessionais ou comunitárias ou ainda filantrópicas; 105.643 federais; 106.422 estaduais; 36.987 municipais. Fonte: (<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>).

⁶ A questão educacional está na pauta da OMC (Organização Mundial de Comércio), e poderá ser moeda de troca para a questão dos produtos agrícolas dos países exportadores (vide LEHER, <http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/docs/15122005152849.doc>).

Nesse meio, ganham força idéias como educação a distância, arrocho salarial dos professores, entre outras medidas de barateamento⁷.

Dentro desse processo contraditório - a lógica das competências e uma educação subalterna ao mercado -, vão ganhando espaço as teorias e práticas capitalistas, expressas inclusive dentro da escola pública, com o seu esvaziamento (diminuição de investimentos públicos), facilitando o crescimento das entidades empresariais, tanto na infra-estrutura quanto nas definições ideológicas/pedagógicas. No Relatório, no que tange à formação dos professores, aponta-se que:

Os professores deveriam também ter a possibilidade de exercer outras profissões, fora do contexto escolar, a fim de se familiarizarem com outros aspectos do mundo do trabalho, como a vida das empresas que, muitas vezes, conhecem mal (DELORS, 2006, p.163).

Há um movimento de aproximação da escola - suas teorias educacionais e pedagógicas para contribuir na formação da força de trabalho - ao modelo de competências, que aponta para o estreitamento dos trabalhadores à lógica do empresariado, do próprio capital. O centro, prático e teórico, embutido no Relatório, é a recomposição necessária para continuar o aumento da produtividade.

Marx, em sua época, no livro "O Capital", aborda sobre a capacitação do trabalhador, tendo como eixo a intensificação do trabalho, o aumento da produtividade, para, com isso, poder atingir o objetivo fundamental que é a extração da mais-valia, possibilitando a acumulação de capital. Segundo ele:

Em termos genéricos, o método de produção da mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, com o acréscimo da produtividade do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo (MARX, 1988, p. 467).

Para Marx, a própria ciência terá o caráter de uma força produtiva, tais os níveis de inserção e de modificação nos processos produtivos. Para tal, exercendo um maior e mais desenvolvido controle sobre os trabalhadores.

Dentro da questão da produtividade, Frigotto apresenta outra questão central que se coloca como elemento de disputa. O autor apresenta as diferentes formas da exigência formativa para o trabalhador, a atual polivalência e a politécnica - expressão materialista dialética, que, com Gramsci, na definição da Escola Única, ganhará relevância maior. Quanto à primeira, assim descreve:

(...) A literatura crítica tem chamado a atenção em relação a diferentes formas de "polivalência", já que tipos de atividades polivalentes não demandam nenhuma maior qualificação e se trata apenas de intensificação do trabalho. Evidencia, por outro lado, a tensão real sobre a qual se dá a formação e qualificação humana para estar a serviço da produtividade da empresa quando esta se vê impelida, para manter-se competitiva, a entrar num processo de reconversão tecnológica (FRIGOTTO, 1996, 156).

Como vemos, relaciona-se com as competências atuais, na medida em que a centralidade do processo de sua formação está no objetivo de aumentar a

⁷ "A experiência do ensino a distância demonstrou que, no nível do ensino superior, uma dose sensata de utilização dos meios de comunicação social, de cursos por correspondência, de tecnologias de comunicação informatizadas e de contatos pessoais, pode ampliar as possibilidades oferecidas, a um custo relativamente baixo" (DELORS, 2006, p.144).

intensidade do trabalho. Já uma escola básica unitária tecnológica ou politécnica - espaço para a formação omnilateral do ser humano - organiza os processos epistemológicos, buscando superar as polaridades crivadas pela separação social entre as classes. Destaca o autor:

O conhecimento geral e específico, técnico e político, humanista e técnico teórico e prático. (...) Tanto a identificação do núcleo necessário de conteúdos, quanto os processos, os métodos, as técnicas não podem ser determinados nem pela unilateralidade da teoria (teorismo), nem pela unilateralidade da técnica e da prática (tecnicismo, ativismo), mas na unidade dialética de ambas, ou seja, na e pela práxis (FRIGOTTO, 1996, p. 180).

Para Arrais, a qualificação, também na ótica da perspectiva omnilateral humana, difere da idéia da qualificação submetida aos interesses do aumento da produtividade, no capitalismo. O autor vai abordar a necessidade de que o conceito de qualificação deverá construir um *“(sujeito autônomo de sua própria construção histórica) expresso em todas as esferas de sua existência, rompendo com alienação e o estranhamento seja em que níveis e atividades estes se manifestem”* (ARRAIS, 2001, p. 13).

Na verdade, a questão da formação dos trabalhadores está, muito, menos para se compreendê-la como uma qualidade em si⁸. Ela é um elemento constituído no conjunto das relações sociais. Ou seja, ela ocorre afirmando ou contrapondo os diversos interesses existentes. Em especial, na idéia dominante da manutenção do processo de acumulação de capital, através da extração da taxa de mais-valia, com base no aumento da produtividade dos trabalhadores.

Parafraseando Gramsci, utilizamos a sua definição na construção da questão metodológica sobre a acepção do termo intelectual, ousando incorporar essa construção teórica à questão da formação da classe trabalhadora. Para Gramsci, existe um erro comum metodológico na definição do termo intelectual. Vejamos o que ele propõe:

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais (GRAMSCI, 1987, p.7).

Ele aponta que não se deve priorizar a preocupação com as qualidades intrínsecas da atividade intelectual para entender o conceito, mas, sim, procurar a definição no conjunto das relações sociais, no qual está inserida a presente atividade. Para discutirmos a questão escolar, a formação escolar dos trabalhadores, também utilizaríamos esse método, procurando não nos limitarmos ao entendimento do modelo de competências em si, ou da propositura escolar dominante, mas através das relações sociais existentes e da necessidade do próprio capital em querer escolarizar e formar sua força de trabalho.

⁸ Em si, o conceito está vinculado a um processo comparativo dessa variável - a qualidade - com uma situação anterior. Ou seja, qualificação como caracterização de uma nova qualidade em relação à anterior. O mesmo vale para o conceito de desqualificação, sendo, no caso, caracterizado pela perda de algo considerado como qualidade, anteriormente.

CONCLUSÕES

Chegamos à primeira conclusão de que a disputa na escola é uma mediação da luta de classes dentro de um espaço formativo na lógica burguesa. A escola é condicionada e condicionadora da reprodução da sociedade burguesa e das suas próprias contradições classistas existentes nesta ordem. Ocorre na escola a luta de classes, limitada à ordem social vigente.

Segundo impõe-se a necessidade de se compreender a ruptura como um importante componente na construção de uma nova sociedade e de uma nova escola. Esse processo precisa concretizar os elementos progressistas enunciados pela burguesia, que ainda não foram realizados, como parte da construção de uma nova sociedade. Entretanto, por si só são insuficientes se desligados de uma estratégia de ruptura com o capitalismo.

Uma terceira conclusão. A contribuição de Marx deve ser vista, fundamentalmente, no seu conjunto. Os elementos elencados por ele devem ser pontos de partida de um desenvolvimento teórico (educacional e pedagógico), sob a perspectiva dialética histórica. As contribuições posteriores dos importantes teóricos dão continuidade a uma instrumentação teórica para os sujeitos sociais, na luta revolucionária. Portanto, não podemos estacionar o pensamento pedagógico em Marx, nem colocá-lo como um fundador de uma teoria pedagógica socialista.

A contribuição dos teóricos já citados, em seus estudos aprofundados, somados a esta modesta análise, tem o objetivo também de denunciar os movimentos da burguesia de legitimação da ordem, através da escola e dos processos específicos formativos dos trabalhadores, enquanto modelo das competências, que alarga a lógica fetichista, fragmentada e coisificada da formação da força de trabalho. É este sentido que converge à construção de uma teoria educacional no âmbito do materialismo dialético, entre os variados autores citados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO J. C. O embate marxiano com a construção dos sistemas educacionais. Sistema educacional IN: Marxismo e educação: debates contemporâneos. Orgs.: Lombardi e Saviani. Campinas: Autores Associados & HISTEDBR, 2005.
- DUARTE, Newton. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2003.
- ENGUITA, Mariano. A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo: Editora Cortez, 1996.
- MANACORDA, M.A. Marx e a Pedagogia Moderna, São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, Karl O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1. Vol I. 13a edição, Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.
- MAZZOTTI, T. Educação da classe trabalhadora: Marx contra os pedagogos marxistas. In: Interface - Comunicação, Saúde, Educação v.5, n.9. UNESP: Botucatu, 2001.
- SAVIANI, Demeval. Educação Socialista, Pedagogia Histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: Marxismo e educação: debates contemporâneos. Orgs.: Lombardi e Saviani. Campinas: Autores Associados & HISTEDBR, 2005.